

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.700 - RS (2019/0096376-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **JOÃO FRANCISCO DE ASSIS ILHA**  
**ADVOGADO** : **BRUNO CALOCA HUSEIN - RS081643**  
**RECORRIDO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **ARI ALVES DA ANUNCIACAO FILHO - RS034752**  
: **VINÍCIUS DANIEL CANTARELLI FOGLIARINI - RS057943**  
: **HILSON DUTRA UMPIERRE JUNIOR E OUTRO(S) - RS057984**  
: **FLÁVIO RESMINI FILHO - RS064905**  
: **DANILO DE OLIVEIRA LUCAS - GO033705**  
: **RAFAEL IANSEN CEZAR - AM011910**  
: **DANIELE CARVALHO CARLOTTO - RS070057**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS. AÇÃO DE ARBITRAMENTO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. DESTITUIÇÃO DO PATRONO ANTES DO TÉRMINO DO PROCESSO. DIREITO AO ARBITRAMENTO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. A decisão da Corte estadual encontra-se em confronto com a jurisprudência sedimentada neste Sodalício, no sentido de que *"mesmo quando atua apenas pela verba de sucumbência (contrato de risco), é lícito ao advogado que tem seu mandato revogado antes do término da lide ajuizar ação de arbitramento, contra seu cliente, para receber honorários proporcionalmente à sua atuação"* (REsp n. 911.441/RS, Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 31/10/2007, p. 333).

2. Recurso especial conhecido e provido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JOÃO FRANCISCO DE ASSIS ILHA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. REMUNERAÇÃO ESTABELECIDO NO CONTRATO VINCULADA À SUCUMBÊNCIA. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECE O RATEIO E OS

PERCENTUAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FASE PROCESSUAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS CUJO PROPÓSITO É AFASTAR O CRITÉRIO ESTABELECIDO NO CONTRATO. APESAR DE INCONTROVERSA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, O PEDIDO DE ARBITRAMENTO É, DE RIGOR, IMPROCEDENTE. REVISÃO DE POSICIONAMENTO. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. (fl. 620)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões recursais, o recorrente aponta além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 489, §1º, IV e 1.022, II, Parágrafo Único, do CPC/2015, alegando a existência de omissões, bem como deficiência de fundamentação do acórdão recorrido; defende o cabimento de arbitramento judicial dos honorários advocatícios; a inaplicabilidade da cláusula contratual que determinou o rateio dos honorários sucumbenciais em caso de revogação do mandato; ressaltou que em razão da revogação do mandato pelo mandante, não pode prevalecer a vinculação do advogado com o resultado (êxito) da ação em que representou processualmente o cliente.

Afirma, ainda, que a decisão da Corte estadual encontra-se em confronto com a jurisprudência desta Casa, no sentido de que de que, *"em caso de revogação do mandato no curso da demanda (hipótese dos autos), não prevalece a vinculação do advogado contratado com o resultado da ação (leia-se sucumbência judicial) que dele não mais depende, sendo perfeitamente possível o arbitramento da verba honorária em atenção ao trabalho realizado até a data da rescisão."* (fl. 703).

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 743-752.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 763-766).

É o relatório.

DECIDO.

2. Sobre a necessidade de arbitramento judicial da verba honorária, dispôs o acórdão recorrido a seguinte fundamentação:

Trata-se de ação de arbitramento de honorários na qual alega o autor, em síntese, que foi contratado pela ré no ano de 2001 para prestar serviços advocatícios. Refere que a remuneração pelo trabalho, de acordo com a cláusula sétima do contrato, decorreria exclusivamente dos honorários de sucumbência eventualmente fixados nas demandas em que atuasse. Sustenta que em 22.03.2013, o banco enviou notificação informando-o da denúncia do contrato, exigindo, na sua ocasião, a prestação de contas de sua atuação em todos os processos de sua responsabilidade.

Menciona que, quando da revogação do mandato, não recebeu a remuneração devida pela atuação das ações já julgadas ou ainda em curso, postulando, assim, o arbitramento dos honorários pelo serviço prestado nos processos nº 130/1.03.0000510-3, 130/1.03.0000511-1 e 130/1.03.0000484-0.

A questão envolvendo os honorários devidos pelo Banco do Brasil S/A aos advogados ou sociedades de advogados contratados até o ano de

2008 não é nova neste 8º Grupo Cível.

O contrato de prestação de serviços advocatícios firmado entre as partes prevê a seguinte remuneração (fls. 24-30):

[...]

A possibilidade de rescisão do contrato também está prevista na pactuação, senão vejamos:

CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA: Poderá o CONTRATANTE, a seu critério, sem justa causa, independentemente de aviso prévio e/ou interpelação, denunciar o presente contrato, aplicando-se, quanto à remuneração, o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima.

Sendo denunciante o CONTRATADO, este não fará jus a honorários. Ainda, conforme destacado, a cláusula décima -segunda do contrato remete para a cláusula sétima, parágrafo primeiro, assim redigida:

CLÁUSULA SÉTIMA - (...) Parágrafo Primeiro - Nas ações ajuizadas pelo Serviço Jurídico do CONTRATANTE, ou por outro advogado ou sociedade de advogados anteriormente contratados, que tiver o patrocínio substabelecido para o CONTRATADO, os honorários previstos no Caput desta Cláusula serão rateados na forma abaixo, deduzidos eventuais adiantamentos, parcelas devidas por patrocínios anteriores, e pagos quando efetivamente recebidos, seja diretamente do devedor, ou do levantamento em juízo:

a - 1/5 (um quinto) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 4/5 (quatro quintos) para o CONTRATADO, se ainda não efetuada a penhora;

b - 2/5 (dois quintos) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 3/5 (três quintos) para o CONTRATADO, se já efetuada a penhora mas não impugnados os embargos;

c - 1/2 (um meio) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 1/2 (um meio) para o CONTRATADO, se já impugnados os embargos e não exarada a sentença respectiva;

d - 3/5 (três quintos) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 2/5 (dois quintos) para o CONTRATADO, se já exarada a sentença dos embargos e não interposto ou respondido recurso;

ou nos casos em que não tendo sido embargada a execução, ainda não foi realizada a alienação judicial;

e - 4/5 (quatro quintos) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 1/5 (um quinto) para o CONTRATADO, se já interposto ou respondido o recurso; e f - relativamente a outras ações, quando nessas houver verba honorária específica, observar-se-á o seguinte:

f1 - 1/3 (um terço) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 2/3 (dois terços) para o CONTRATADO, se ainda não sentenciado o feito;

f2 - 1/2 (um meio) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 1/2 (um meio) para o CONTRATADO, se exarada a sentença; e, f3 - 2/3 (dois terços) para o advogado ou sociedade de advogados substituídos e 1/3 (um terço) para o CONTRATADO, se interposto ou respondido recurso.

Analizando com maior acuidade os processos envolvendo o Banco do Brasil e as cláusulas contratuais previstas no contrato de prestação de serviços advocatícios, observa-se que, na verdade, as diversas ações de arbitramento de honorários têm o propósito de afastar o critério estabelecido no contrato, qual seja, de rateio proporcional estabelecido na cláusula sétima, parágrafo primeiro.

No caso, a cláusula sétima, parágrafo primeiro do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, prevê a forma de rateio dos honorários para o caso de substituição do patrono, o que deverá, então, ser observado pelos contratantes e, deste modo, poderá o advogado que teve seu mandato revogado, direcionar o seu pedido de cobrança de valores no percentual avençado no contrato de prestação de serviços.

Assim, estando a remuneração condicionada à fixação de honorários de sucumbência em favor dos procuradores da instituição bancária, esta somente será devida se implementada a condição prevista no contrato.

Por esta ótica, apesar de incontroversa a prestação de serviços, o pedido deduzido na ação de arbitramento, é, de rigor, improcedente, tendo em vista a expressa previsão contratual quanto à remuneração do serviço, inclusive na hipótese de revogação do mandato.

Acrescento que não podemos perder de vista que a ação de arbitramento de honorários pressupõe a ausência de definição quanto à verba honorária contratual, o que não é o caso dos autos, se observarmos a forma como foi confeccionado o contrato.

Tratou-se de modalidade de contratação de serviço advocatício "ad exitum", modalidade esta legal, mormente o próprio Estatuto da Advocacia, em seu artigo 22, §2, dispõe que somente à falta de estipulação ou de acordo é que será a verba arbitrada judicialmente.

Ora, se foi celebrado contrato de risco, este deverá ser cumprido.

Nesse contexto, os honorários são, em tese, devidos pelo Banco do Brasil S/A, de acordo com os percentuais contratualmente ajustado, correspondentes à fase em que estavam os processos quando ocorreu a revogação do mandato.

De observar que na própria notificação extrajudicial enviada pelo Banco do Brasil ao autor (fl. 24), restou consignado que "eventuais honorários porventura devidos serão remunerados se e quando implementadas as condições contratuais para tanto". Ou seja, a ré não se opõe ao pagamento dos honorários, desde que seja nos moldes ajustados contratualmente.

Nesse contexto, em razão da expressa previsão contratual quanto à remuneração do serviço, inclusive na hipótese de revogação do mandato, a ação de arbitramento é, de rigor, improcedente. (fl. 623627)

Nesse aspecto, observa-se que a revogação do mandato ocorreu por iniciativa do mandante – providência que desequilibra a paridade contratual e subtrai do mandatário a possibilidade de atuar co diligência, empreendendo esforços para a obtenção de sucesso na causa jurídica, passando então a depender da qualidade da atuação de outro profissional – razão pela qual é forçoso concluir pela faculdade de o advogado optar pela propositura da ação de arbitramento, considerando que no caso, renunciou às condições contratuais originalmente ajustada e, por consequência, não mais se ajustando à condição

suspensiva.

2.1 Cumpre assinalar, que a Quarta Turma desta Corte, no julgamento do REsp 1.337.749/MS, de minha relatoria, ao analisar questão semelhante à do caso ora em debate, consignou o seguinte fundamento acerca da ação de arbitramento de honorários:

(...) a falta de disposição contratual ou de acordo entre o advogado e o cliente, acerca do montante devido a título de honorários, torna imperiosa a fixação por arbitramento judicial, em *quantum* compatível com o trabalho prestado e o valor econômico da demanda (§ 2º do artigo 22 da Lei 8.906/94).

No mesmo sentido é o teor do artigo 596 do Código Civil, inserido no capítulo atinente aos contratos de prestação de serviço, modalidade em que se enquadra o vínculo jurídico estabelecido entre o advogado - profissional liberal - e seus clientes:

Art. 596. Não se tendo estipulado, nem chegado a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.

Norma similar é extraída do parágrafo único do artigo 658 do Código Civil, ao tratar do mandato:

Art. 658. O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.

Parágrafo único. Se o mandato for oneroso, caberá ao mandatário a retribuição prevista em lei ou no contrato. Sendo estes omissos, será ela determinada pelos usos do lugar, ou, na falta destes, por arbitramento.

Diante de tal contexto normativo, a Quarta Turma adotou o entendimento de que, em *"havendo contrato escrito de prestação de serviços advocatícios, o advogado não reúne interesse de agir para propor ação de arbitramento de honorários contratuais pretendendo modificar o acordado (Lei 8.906/94, art. 22, § 2º), ressalvadas as hipóteses de rompimento unilateral e antecipado do contrato, de dúvidas fundadas acerca da própria existência da avença ou acerca dos valores nela inseridos"* (REsp 805.919/MG, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 13.10.2015, DJe 29.10.2015).

5. De outra parte, **há jurisprudência pacífica nesta Corte no sentido do cabimento do arbitramento judicial da verba honorária correspondente ao trabalho exercido pelo advogado, quando ocorrida rescisão antecipada unilateral por iniciativa do cliente (tomador do serviço), ainda que se trate de contrato de prestação de serviços advocatícios com previsão de remuneração exclusiva por honorários sucumbenciais.** Nesse diapasão, destacam-se as ementas dos seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. DESTITUIÇÃO DO PATRONO ANTES DO TÉRMINO DO PROCESSO. DIREITO AO ARBITRAMENTO.

(...)

2. *"O Estatuto da Advocacia assegura o direito do advogado ao recebimento dos honorários da sucumbência. Rompido pelo cliente o contrato de prestação de serviços, impedindo o*

*advogado de levar até o fim a causa sob seu patrocínio, não encerrado, portanto, o processo, cabível o pleito de arbitramento de honorários na proporção dos serviços prestados até então."* (REsp 782.873/ES, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 12/06/2006).

3. Agravo regimental não provido. (**AgRg no AREsp 492.408/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 3/8/2015.)

-----  
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE ARBITRAMENTO. CISÃO PARCIAL DA EMPRESA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 165, 458 E 535 DO CPC. INOBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ENCERRAMENTO ANTECIPADO DO CONTRATO. VERBA DEVIDA DE FORMA PROPORCIONAL. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. SÚMULA 07/STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

2. Na hipótese, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em consonância com aquele perfilhado pelo STJ, no sentido de que, *"embora haja pactuação entre as partes, vinculando os honorários advocatícios à sucumbência, nada impede o arbitramento judicial da verba profissional, caso haja o rompimento antecipado do contrato, levando-se em consideração as atividades até então desenvolvidas"* (AgRg nos Edcl no Ag 770.849/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/2009, DJe 22/06/2009). Incidência da Súmula 83/STJ na hipótese.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (**AgRg no AREsp 292.919/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 27/03/2015.)

-----  
[...]

Tal exegese, como se depreende dos precedentes, tem por base a ponderação de que o rompimento unilateral da avença por iniciativa do mandante, antes da conclusão da demanda patrocinada, inviabiliza o recebimento, pelo advogado, dos honorários sucumbenciais previstos como única remuneração dos serviços prestados, o que implicaria flagrante enriquecimento sem causa se o arbitramento judicial não fosse autorizado.

2.2 À luz do explanado, observa-se que a decisão da Corte estadual encontra-se em confronto com a jurisprudência sedimentada neste Sodalício, no sentido de que *"mesmo quando atua apenas pela verba de sucumbência (contrato de risco), é lícito ao advogado que tem seu mandato revogado antes do término da lide ajuizar ação de arbitramento, contra seu cliente, para receber honorários proporcionalmente à sua atuação"* (REsp n. 911.441/RS, Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE

BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 31/10/2007, p. 333).

Nesse mesmo sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXISTÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA DE REMUNERAÇÃO AD EXITUM. CAUSÍDICO QUE RENUNCIOU AOS PODERES ANTES DO ENCERRAMENTO DAS DEMANDAS RELACIONADAS AOS SERVIÇOS CONTRATADOS.

1. Nas hipóteses em que estipulado o êxito como condição remuneratória dos serviços advocatícios prestados, a renúncia do patrono originário, antes do julgamento definitivo da causa, não lhe confere o direito imediato ao arbitramento de verba honorária proporcional ao trabalho realizado, revelando-se necessário aguardar o desfecho processual positivo para a apuração do quantum devido, observado o necessário rateio dos valores com o advogado substituto (aquele que veio a assumir a condução da demanda).

2. Com efeito, sobressai o comportamento contraditório do advogado, que celebrou contrato de risco (ad exitum) com o banco, limitando sua remuneração aos honorários sucumbenciais, mas, após ter renunciado ao mandato, deduziu pretensão de arbitramento da verba honorária proporcional ao serviço prestado nas causas pendentes.

Ademais, parece incoerente e injusta a interpretação que venha a colocar em situação menos vantajosa o causídico que, malgrado não tenha obtido sucesso na demanda, envidou esforços em prol dos interesses do mandante até a conclusão da lide.

3. De outra parte, é certo que, nos contratos de prestação de serviços advocatícios ad exitum, a vitória processual constitui condição suspensiva (artigo 125 do Código Civil), cujo implemento é obrigatório para que o advogado faça jus à devida remuneração. Ou seja, o direito aos honorários somente é adquirido com a ocorrência do sucesso na demanda.

4. Diante desse quadro, a rescisão unilateral do contrato, promovida pelo próprio mandatário - no exercício do direito potestativo de renúncia ao mandato -, não tem o condão de ilidir a supracitada condição, ficando os efeitos remuneratórios do pacto subordinados ao seu efetivo implemento, ressalvadas as hipóteses expressamente convencionadas.

5. O fato jurídico delineado nos autos não se amolda sequer à norma disposta na primeira parte do artigo 129 do Código Civil, segundo a qual se reputa verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer.

6. Cuida-se de ficção legal, que condena o dolo daquele que impede ou força o implemento da condição em proveito próprio. Nessa esteira, encontra-se compreendida a rescisão unilateral imotivada perpetrada pelo cliente, que configura, por óbvio, obstáculo ao implemento da condição estipulada no contrato de prestação de serviços advocatícios - vitória na causa -, autorizando o arbitramento judicial da verba honorária devida ao causídico, cuja plena atuação

quedara frustrada por culpa do mandante.

7. Por outro turno, em se tratando de renúncia do advogado, é certo que a não ocorrência da condição prevista no contrato ad exitum impede a aquisição do direito remuneratório pretendido, não se podendo cogitar da incidência de qualquer presunção legal na hipótese de rescisão antecipada. O exercício da pretensão de arbitramento dos honorários advocatícios será viável, contudo, após concretizada a vitória do antigo cliente nas demandas pendentes, devendo ser observado o critério de rateio (com o advogado substituto) previsto no contrato.

8. Recurso especial provido para julgar improcedente a pretensão de arbitramento da verba honorária deduzida na inicial, invertendo-se o ônus sucumbencial. (REsp n. 1337749/MS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 6/4/2017.)

-----  
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS.  
DESTITUIÇÃO DO PATRONO ANTES DO TÉRMINO DO  
PROCESSO. DIREITO AO ARBITRAMENTO.

(...)

2. *"O Estatuto da Advocacia assegura o direito do advogado ao recebimento dos honorários da sucumbência. Rompido pelo cliente o contrato de prestação de serviços, impedindo o advogado de levar até o fim a causa sob seu patrocínio, não encerrado, portanto, o processo, cabível o pleito de arbitramento de honorários na proporção dos serviços prestados até então."* (REsp 782.873/ES, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 12/06/2006).

3. Agravo regimental não provido. (**AgRg no AREsp 492.408/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015)

-----  
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO  
ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE  
ARBITRAMENTO. CISÃO PARCIAL DA EMPRESA. VIOLAÇÃO  
AOS ARTIGOS 165, 458 E 535 DO CPC. INOBSERVÂNCIA.  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ENCERRAMENTO  
ANTECIPADO DO CONTRATO. VERBA DEVIDA DE FORMA  
PROPORCIONAL. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.  
MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. SÚMULA 07/STJ. DECISÃO  
MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA  
PROVIMENTO.

(...)

2. Na hipótese, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em consonância com aquele perfilhado pelo STJ, no sentido de que, *"embora haja pactuação entre as partes, vinculando os honorários advocatícios à sucumbência, nada impede o arbitramento judicial da verba profissional, caso haja o rompimento antecipado do contrato, levando-se em consideração as atividades até então desenvolvidas"* (AgRg nos Edcl no Ag 770.849/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em



09/06/2009, DJe 22/06/2009). Incidência da Súmula 83/STJ na hipótese.  
(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (**AgRg no AREsp 292.919/RS**, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 27/03/2015)

-----  
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA. HONORÁRIOS CONVENCIONADOS. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. O TRIBUNAL NÃO É OBRIGADO A REBATER, UM A UM, OS ARGUMENTOS DA PARTE. ARTS. 130 E 333, I, DO CPC. ARBITRAMENTO JUDICIAL. VERBA HONORÁRIA. EXISTÊNCIA. CONTRATO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

3. *"O entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em consonância com aquele perfilhado pelo STJ, no sentido de que, 'embora haja pactuação entre as partes, vinculando os honorários advocatícios à sucumbência, nada impede o arbitramento judicial da verba profissional, caso haja o rompimento antecipado do contrato, levando-se em consideração as atividades até então desenvolvidas'"* (AgRg nos Edcl no Ag n. 770.849/RS, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 9/6/2009, DJe 22/6/2009). Incidência, na hipótese, da Súmula 83/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (**AgRg nos EDcl no AREsp 600.367/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 18/05/2015)

-----  
Direito civil. Honorários advocatícios. Contrato para atuação processual com previsão de remuneração exclusivamente mediante honorários de sucumbência. Destituição do advogado no curso do processo. Direito ao arbitramento dos honorários.

- Ainda que o contrato firmado entre a parte e o seu advogado somente preveja remuneração para o causídico mediante o recebimento de honorários de sucumbência, o rompimento da avença pelo cliente, impedindo que o profissional receba essa remuneração, implica a possibilidade de se pleitear, em juízo, o arbitramento da verba, sob pena de autorizar que o cliente se locuplete ilicitamente com o trabalho de seu advogado.

Recurso especial conhecido e provido. (**REsp 945.075/MG**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 18/06/2010)

-----  
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165 e 535 DO CPC. POSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO JUDICIAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS.

SÚMULA 07/STJ.

(...)

2 - Conforme a jurisprudência desta Corte, embora haja pactuação entre as partes, vinculando os honorários advocatícios à sucumbência, nada impede o arbitramento judicial da verba profissional, caso haja o rompimento antecipado do contrato, levando-se em consideração as atividades até então desenvolvidas. Precedentes.

(...)

5 - Agravo regimental desprovido. (**AgRg nos EDcl no Ag 770.849/RS**, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/2009, DJe 22/06/2009)

-----  
RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTRATO DE RISCO. CONDIÇÃO NÃO IMPLEMENTADA. REVOGAÇÃO DO MANDATO. ARBITRAMENTO. POSSIBILIDADE.

Mesmo quando atua apenas pela verba de sucumbência (contrato de risco), é lícito ao advogado que tem seu mandato revogado antes do término da lide ajuizar ação de arbitramento, contra seu cliente, para receber honorários proporcionalmente à sua atuação. (**REsp 911.441/RS**, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 31/10/2007, p. 333)

-----  
Honorários de advogado. Arbitramento. Rompimento do contrato de prestação de serviços antes do término da ação. Direito ao recebimento de honorários pelos serviços prestados até o momento da ruptura. Precedentes da Corte.

1. O Estatuto da Advocacia assegura o direito do advogado ao recebimento dos honorários da sucumbência. Rompido pelo cliente o contrato de prestação de serviços, impedindo o advogado de levar até o fim a causa sob seu patrocínio, não encerrado, portanto, o processo, cabível o pleito de arbitramento de honorários na proporção dos serviços prestados até então.

2. Recurso especial conhecido e provido.

(**REsp 782.873/ES**, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2006, DJ 12/06/2006, p. 482)

-----

3. Portanto, o rompimento antecipado do contrato autoriza a cobrança da verba honorária, devida na proporção em que prestados os serviços advocatícios

4. Ante o exposto, conheço do recurso ao recurso especial para dar-lhe provimento, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja arbitrada a verba honorária na proporção em que prestados os serviços advocatícios, ficando prejudicadas as demais questões suscitadas no apelo nobre.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO  
Relator